

Geopolítica, mudanças climáticas e saúde: o que podemos esperar da Cúpula do G20 (Rio de Janeiro, Brasil, 2024)?

Geopolitics, climate change and health: what can we expect from the G20 Summit (Rio de Janeiro, Brazil, 2024)?

Geopolítica, cambio climático y salud: ¿qué podemos esperar de la Cumbre del G20 (Río de Janeiro, Brasil, 2024)?

Leandro Dias de Oliveira ¹
Pablo Ibañez ¹

doi: 10.1590/0102-311XPT068524

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2024, o Rio de Janeiro sediou a 19ª Reunião da Cúpula do Grupo dos 20 (G20), com a presença dos chefes de Estado e de Governo dos países-membros e convidados. Formado por 19 nações – África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia – e dois órgãos regionais – União Africana e União Europeia –, os membros do G20 representam juntos cerca de 85% do produto interno bruto (PIB) mundial, mais de 75% do comércio e cerca de dois terços da população de todo o mundo.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede desse encontro se deveu ao fato de Luís Inácio Lula da Silva ter assumido a presidência do G20 em 1º de dezembro de 2023, num mandato que se estenderá até 30 de novembro de 2024. Lula foi anfitrião dos chefes de Estado e de Governo, das delegações diplomáticas e dos representantes de organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Vislumbra-se a oportunidade de projeção do Brasil como liderança positiva no cenário global: com uma equipe técnica fortemente envolvida na solução de problemas e a participação ativa de atores da sociedade civil, são esperados avanços em pautas urgentes, como o enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas.

A reunião ocorre um ano antes da 30ª Conferência entre as Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-Clima), em Belém (Pará, Brasil). Instalados em plena Amazônia – uma fronteira percebida como espaço a ser preservado para a sobrevivência do planeta ¹ –, as delegações presentes terão a missão de negociar não somente soluções para as mudanças do clima, mas também a implementação de ações multilaterais que permitam um modelo de desenvolvimento ambientalmente menos agressivo. Há uma expectativa positiva para a COP-Clima 2025: após os recentes anos de destruição das legislações e dos organismos ambientais no Brasil, espera-se o protagonismo do país nos debates sobre a proteção da natureza e a opção por um desenvolvimento mais justo ambientalmente e socialmente.

A construção de um modelo que integre saúde, clima e economia, especialmente na Amazônia, envolve uma abordagem mais integrada e cooperativa entre a saúde humana, animal, vegetal e ambiental ², a compreensão das relações entre sistemas agrários e seus impactos ambientais e epidemiológicos ³, o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento tecnológico para a produção de sistemas agroflorestais e arranjos produtivos locais ⁴ e a criação de indicadores em diferentes contextos econômicos e sociais ⁵.

¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Brasil.

Correspondência

L. D. Oliveira
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
BR-465, Km 07, Zona Rural, Seropédica, RJ
23890-000, Brasil.
ldiasufrj@gmail.com



Existe uma prévia desconfiança acerca da efetividade de encontros como as Cúpulas do G20 e as COPs-Clima, seja pela mera descrença na política ou pela incapacidade de eventos desse porte resolverem os problemas discutidos ⁶. Como é improvável que mudanças estruturais sejam realizadas de cima para baixo ⁷, as arestas e as dificuldades políticas para avanços mais robustos têm reverberado em protocolos frágeis e documentos com intenções elásticas em assuntos como o aquecimento global.

O aquecimento global é uma questão geopolítica ⁸ que afeta a humanidade. Já em 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS) detalhou os efeitos diretos e indiretos das mudanças climáticas na saúde humana ⁹. Ainda que haja lacunas significativas nas publicações acadêmicas que relacionem os temas na América do Sul ¹⁰, diversos estudos e evidências comprovaram essa relação ¹¹, reforçando que a combinação de condições precárias de saneamento, a pobreza e as restrições de acesso a serviços de saúde podem agravar os efeitos das mudanças climáticas sobre a saúde humana ¹².

São impactos da mudança climática na saúde em todo o mundo: aumento da morbidade e mortalidade por ondas de calor; ampliação na incidência de doenças devido à piora no acesso à água potável; aumento de casos de doenças cardiovasculares e respiratórias por causa de poluentes atmosféricos; elevação do contingente populacional em condições de insegurança alimentar; e aumento da incidência de doenças infecciosas endêmicas como malária, leishmaniose, leptospirose e dengue ¹³. Distúrbios de saúde mental associados a desastres naturais também poderão ser implicações ¹⁴.

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), criado em 1988, foi impulsionado com a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC) ¹⁵ durante a Eco-92 e com o *Protocolo de Kyoto* cinco anos depois ¹⁶. Ao mesmo tempo, o Brasil era estigmatizado como “inimigo mundial do Meio Ambiente”, algo observado nas manchetes do *The New York Times* em 1988, com o título *Grandes Incêndios na Amazônia, provocados pelo Homem, relacionados ao Aquecimento Global*, e no editorial intitulado *Quem está Queimando a Amazônia?* ¹⁷, junto aos rigorosos verões norte-americano e europeu, inundações em Bangladesh e furacões no Caribe.

A divisão Norte-Sul sempre caracterizou o processo negociador das conferências ambientais internacionais ¹⁸: os países do Norte são os maiores degradadores dos bens comuns e produtores de lixo, enquanto os países do Sul sofrem com as consequências e custos desse processo. A distribuição das florestas também é desigual, pois são as nações periféricas as mais propícias para o mercado de carbono sob esquemas de preservação da biodiversidade.

A situação é complexa porque existe a necessidade de reformulação dos fundamentos de uma economia global alimentada por combustíveis fósseis – que impactam diretamente a saúde humana ¹⁹ –, mas convivemos com o fracasso das políticas e dos instrumentos de mitigação. Dessa maneira, a urgência da adaptação às alterações climáticas aumenta, pois se estima que, até 2050, as emissões precisariam estar 50% abaixo dos níveis de 1990 e serem zero ou negativas em 2100 ²⁰.

A Agenda 2030 ²¹ tem oferecido coerência política global com referência explícita à saúde, ao desenvolvimento econômico e ao ajuste à mudança climática ²². Adaptações nas cidades podem reduzir os efeitos das ilhas de calor e aumentar a resiliência às inundações, bem como os padrões de construção são capazes de reduzir desde o consumo de energia até a transmissão de doenças infecciosas ²³. Na saúde, o investimento em pesquisa proporcionará formas de enfrentar as consequências das mudanças climáticas, com medidas que conciliem meio ambiente e saúde pública ²⁴. Esses fenômenos exigem medidas preventivas, como o melhoramento dos sistemas de vigilância por meio de imagens de satélite e modelos climáticos, capazes de gerar alertas para a emergência ou a reemergência de doenças infecciosas ²⁵.

Nas reuniões preparatórias para o G20, mostrou-se promissora a participação de pesquisadores de instituições renomadas na construção das agendas. Também foram elaborados Notas Temáticas (*Issues Notes*), que são documentos de alinhamento entre os países membros do G20 com as diretrizes dos tópicos centrais. Clima, pobreza, bioeconomia, agricultura, emprego, educação, saúde e transição energética são alguns dos temas elencados.

No Notas Temáticas do Grupo de Trabalho em Saúde (*Health Working Group*), há um segmento sobre mudanças climáticas, refletindo sobre as ligações entre elas e o surgimento/propagação de doenças infecciosas nas periferias urbanas, os impactos das ondas de calor na saúde, o acesso à água potável e os impactos das alterações climáticas na saúde mental. O Brasil, assim como anteriormente fizeram Índia e Indonésia, reforça o papel da *Uma Só Saúde*, abordagem integradora na qual a saúde pública não se restringe mais apenas aos seres humanos, mas envolve todo o ambiente ²⁶.

Já no G20 Força-tarefa para Mobilização Global contra a Mudança do Clima (*Task Force on a Global Mobilization against Climate Change*), são prioridades: rever medidas para a mobilização de capital privado para os países em desenvolvimento; mobilizar o financiamento público e privado para o desenvolvimento sustentável e a ação climática; e incentivar o papel dos bancos de desenvolvimento na injeção de recursos financeiros para a mitigação e adaptação às alterações climáticas e para a implementação de Agenda 2030²⁷.

É necessário um conjunto de ações político-econômicas capazes de combinar transição energética, ação ativa do Estado e justiça socioambiental em escala global. As mudanças climáticas requerem medidas contundentes no campo das políticas públicas e interlocução com a sociedade civil. O comércio de créditos de carbono, a suavização de índices de poluição ou a mobilização de investimentos sem contrapartidas concretas e com aferições flexíveis são insuficientes para a construção de um cenário promissor para os próximos anos.

Resta saber se a Cúpula do G20 será capaz de gerar resultados concretos. Inserida num universo cuja governança tem base no multilateralismo, os debates sobre questões como desigualdade, fome e questão ambiental se revelam fundamentais. O G20 abriga o Grupo dos Sete (G7), que reúne os países mais industrializados do mundo ocidental e atua apresentando posições duras em assuntos como financiamento, crescimento econômico e gestão de riquezas. Espera-se que, no Brasil, haja a possibilidade das medidas do G20 avancem institucionalmente em questões prementes com a do clima. A construção de protocolos com maior grau de concretude e a adoção pactuada de medidas que ampliem a justiça socioambiental global, com articulações de financiamento fiáveis e duradouras, constituirão um grande alento para a COP-Clima, a ser realizada em Belém em 2025.

O G20 deve construir uma institucionalidade mais efetiva, com ações que incluam financiamentos condizentes com a premência que a questão apresenta. A inclusão da saúde nos documentos se mostra acertada, mas ainda carece de mecanismos claros de atuação. A simples compensação como lógica ambiental é uma espécie de indulgência ecológica para os países mais ricos, com base na compra do direito de poluir²⁸. E mesmo com iniciativas corporativas para limpar e antecipar danos e com a ação de ONGs ambientais²⁹, se vigorar a financeirização total da natureza e a racionalização dos arranjos econômicos e ambientais do ponto de vista empresarial em uma escala global, os avanços tendem a ser muito tímidos.

Colaboradores

L. D. Oliveira contribuiu na concepção e desenho do estudo, redação e revisão; e aprovou a versão final. P. Ibañez contribuiu na concepção e desenho do estudo, redação e revisão; e aprovou a versão final.

Informações adicionais

ORCID: Leandro Dias de Oliveira (0000-0001-7257-0545); Pablo Ibañez (0000-0001-8668-2257).

Agradecimentos

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo apoio e financiamento às nossas pesquisas.

Referências

1. Becker BK. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond; 2004.
2. Brasil. Decreto nº 12.007, de 25 de abril de 2024, que institui o Comitê Técnico Interinstitucional de Uma Só Saúde. Diário Oficial da União 2024; 26 apr.
3. Rorato AC, Dal'Asta AP, Lana RM, Santos RBN, Escada MIS, Vogt CM, et al. Trajetórias: a dataset of environmental, epidemiological, and economic indicators for the Brazilian Amazon. *Sci Data* 2023; 10:65.
4. Fernandes D, Costa FA, Folhes R, Silva H, Ventura Neto R. Por uma bioeconomia da socio-biodiversidade na Amazônia: lições do passado e perspectivas para o futuro. São Paulo: MADE Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, Universidade de São Paulo; 2022. (Nota de Política Econômica, 23).

5. Codeço CT, Dal'Asta AP, Rorato AC, Lana RM, Neves TC, Andreazzi CS, et al. Epidemiology, biodiversity, and technological trajectories in the Brazilian Amazon: from malaria to COVID-19. *Front Public Health* 2021; 9:647754.
6. de Oliveira LD. Rio+20: reflexões sobre geopolítica e ideologia. *Espaço e Economia, Revista Brasileira de Geografia Econômica* 2014; 2:1-19.
7. Hickel J, Dorninger C, Wieland H, Suwandi I. Imperialist appropriation in the world economy: drain from the global South through unequal exchange, 1990-2015. *Global Environmental Change* 2022; 73:102467.
8. Barnett J. The prize of peace (is eternal vigilance): a cautionary editorial essay on climate geopolitics. *Climatic Change* 2009; 96:1-6.
9. World Health Organization. Prevention of Environmental Pollution Unit. Potential health effects of climatic change: report of a WHO task group. Geneva: World Health Organization; 1990.
10. Takahashi B, Posse CG, Sergeeva M, Salas MF, Wojczynski S, Hartinger S. Climate change and public health in South America: a scoping review of governance and public engagement research. *Lancet Reg Health Am* 2023; 26:100603.
11. Pereira JMA, Pecoraro LM, Oliveira Neto HT, Brito FGB, Fagundes Neto FE, Silva CIC, et al. Impacto das mudanças climáticas na saúde pública: revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde* 2020; 12: e4720.
12. Barcellos C. As mudanças climáticas, a saúde e os pinguins de Copacabana. *Cad Saúde Pública* 2015; 31:5.
13. Confalonieri EU, Marinho DP. Mudança climática global e saúde: perspectivas para o Brasil. *Revista Multiciência* 2007; 8:48-64.
14. Patz JA, Frumkin H, Holloway T, Vimont DJ, Haines A. Mudanças climáticas: desafios e oportunidades para a saúde global. *JAMA* 2014; 312:1565-80.
15. United Nations. United Nations Framework Convention on Climate Change. https://unfccc.int/files/essential_background/background_publications_htmlpdf/application/pdf/conveng.pdf (accessed on Apr/2024).
16. Moreira HM. A formação da nova geopolítica das mudanças climáticas. *Sustentabilidade em Debate* 2013; 4:275-92.
17. Lago AAC. Estocolmo, Rio, Joanesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão; 2007.
18. Sant'Anna FM, Moreira HM. Ecologia política e relações internacionais: os desafios da Ecopolítica Crítica Internacional. *Revista Brasileira de Ciência Política* 2016; 1:205-48.
19. Romanello M, di Napoli C, Green C, Kennerd H, Lampard P, Scamman D, et al. The 2023 report of the Lancet Countdown on health and climate change: the imperative for a health-centred response in a world facing irreversible harms. *Lancet* 2023; 402:2346-94.
20. Bošnjaković B. Geopolitics of climate change: a review. *Thermal Science* 2012; 16:629-54.
21. United Nations. Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. New York: United Nations; 2015.
22. Silva MAD, Xavier DR, Rocha V. Do global ao local: desafios para redução de riscos à saúde relacionados com mudanças climáticas, desastre e Emergências em Saúde Pública. *Saúde Debate* 2021; 44:48-68.
23. World Health Organization. Gender, climate change and health. Geneva: World Health Organization; 2014.
24. Sidat MM, Vergara A. Mudanças climáticas e saúde pública: uma reflexão com enfoque para Moçambique. *Revista Científica da UEM* 2012; 1:39-52.
25. Ministério da Saúde. Mudanças climáticas e ambientais e seus efeitos na saúde: cenários e incertezas para o Brasil. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; 2008. (Série Saúde Ambiental, 1).
26. G20 Brasil 2024. Health Working Group – Issue Note. <https://www.g20.org/pt-br/noticias/documentos/issue-note-health-wg-g20-brasil.pdf/@@download/file> (accessed on Apr/2024).
27. G20 Brasil 2024. G20 Task force on a Global mobilization against climate change – Issue Note. <https://www.g20.org/pt-br/noticias/documentos/tf-clima-issue-note-g20-brasil.pdf/@@download/file> (accessed on Apr/2024).
28. Cornetta A. Entre o clima e a terra: uma abordagem geográfica da 'economia de baixo carbono' na Amazônia Legal [Doctoral Dissertation]. São Paulo: Universidade de São Paulo; 2017.
29. Hayter R. Environmental economic geography. *Geography Compass* 2008; 2:831-50.

Recebido em 13/Abr/2024

Versão final reapresentada em 04/Nov/2024

Aprovado em 11/Nov/2024